

Belém, 05 de dezembro de 2019.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**ILUSTRÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE  
REGIME DIFERENCIADA DE CONTRATAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, DO TIPO  
MENOR PREÇO RDC N° 03/2019 (PROCESSO 031678/2019-02).**

**CONDISA CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ pelo n° 34.903.229/0001-58, com endereço na Tv. Quintino Bocaiúva, 2301 - Edifício Rogelio Fernandez Business Center, Sala 2112 - Cremação, Belém - PA, 66045-315, neste ato representada pelo seu proprietário, Sr. **CÁSSIO DIAS COUTO SAMPAIO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG n° 2806536 SSP/PA e CPF n° 627.836.292-91, com fulcro no artigo 40 da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, considerando o disposto no item 13.4.6, pelos motivos de fato e de direito que, articuladamente, passa a expor:

**1. DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO.**

Sr. Pregoeiro, a empresa subscrevente, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, teve conhecimento acerca do Edital regulatório do certame, onde ao verificar as condições para participação no pleito, deparou-se com a exigência consignada no item n° 13.4.6, que vem assim prescrever:

13.4.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Pelo menos 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, referente à execução de: Estaca de concreto, Estrutura de concreto armado e Protensão.
- b) Comprovação de que a licitante possui: 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução do(s) seguinte(s) serviço(s): Estaca de concreto, Estrutura de concreto armado e Protensão.
- i. A comprovação da capacidade técnica será feita por meio de certidão ou atestado de serviços equivalentes ao licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Conselho de Arquitetura de Urbanismo - CAU.
- ii. A comprovação da vinculação do profissional a empresa será mediante a apresentação de cópia de contrato de trabalho ou carteira de trabalho ou ficha de registro de emprego, contrato social da empresa, caso seja sócio, ou ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- iii. Caso seja apresentada Certidão de Registro de Quitação do CREA ou CAU, o licitante deverá anexar cópia do contrato de prestação de serviços, com vistas a comprovar a validade do referido documento.
- c) Prova de registro ou inscrição da pessoa jurídica licitante no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou CAU de sua jurisdição.

- d) Termo de Compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s) detentor(es) do Atestado, referidos nos subitens 13.4.5."i" será(ao) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra. Este Termo deverá ser assinado conjuntamente pelo(s) representante(s) legal(is) da empresa licitante e pelo(s) responsável(is) técnico(s).
- e) Atestado de visita técnica obrigatória, por um Engenheiro Civil ou Arquiteto, credenciado pela empresa, ao local onde os serviços serão executados, fornecido pela Diretoria de Infraestrutura da UFPA, conforme item 04 deste Edital.

Entretanto, há de ser considerado que tal exigência de atestado ou declaração de capacidade técnica que comprove a aptidão para desempenho de atividade de execução de serviço de protensão é absolutamente ilegal, pois afronta às normas que regem o procedimento licitatório, como à frente será demonstrado.

Conforme se observa da transcrição do item, alhures, para fins de comprovação da qualificação técnica das licitantes concorrentes, devem estas fornecer atestado ou declaração de capacidade técnica que comprove a aptidão para desempenho de atividade de execução de serviço de Estacas de Concreto, Estrutura de concreto armado e Protensão, em nome de um Engenheiro ou Arquiteto da empresa concorrente.

Entretanto, é sabido que ao exigir a demonstração de qualificação técnica das concorrentes licitantes, a Administração deve se ater à comprovação de capacidade de execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

Ou seja, considerando os serviços licitados - Estacas de Concreto, Estrutura de concreto armado e Protensão – não restam dúvidas de que os serviços cuja a comprovação da qualificação técnica das licitantes concorrentes se faz necessária são os

principais e que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, sendo a construção de Estacas de Concreto e de Estrutura de concreto armado as atividades mais relevantes considerando a integralidade do serviço licitado, de modo que a exigência de demonstração de capacidade técnica para execução do serviço de Protensão – ACESSÓRIO AO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE ESTACAS DE CONCRETO E DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO – se revela verdadeira exigência descabida e infundada, revelando patente rigor excessivo e desmedido.

Com efeito, o serviço de protensão nada mais é do que um tratamento para aumentar a resistência do concreto, que consiste em dar tensão aos cabos de aço antes que a massa endureça, de modo que por se tratar de serviço acessório, se revela como mera técnica, baseada na aplicação controlada de forças destinadas a aumentar a resistência das estruturas, a ser empregada na execução dos serviços relevantes contratados, quais sejam DE CONSTRUÇÃO DE ESTACAS DE CONCRETO E DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO.

Não há que se falar, portanto, em comprovação de capacidade técnica específica para execução do serviço de Protensão, como equivocadamente exige o edital, posto que, conforme já informado, o serviço de Protensão se revela como mera técnica de aumento da resistência do concreto, adjacente ao serviço principal licitado, que é a construção de estacas de concreto e de estruturas de concreto armado.

Neste contexto, resta claro que os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade, bom senso e justiça e não necessariamente de rigor formalista e exacerbado capaz de alterar a finalidade do procedimento licitatório, o que, indubitavelmente, traz sérios prejuízos não só as empresas concorrentes, mas também à própria Administração, que por tais atos, acaba por alijar do certame concorrentes com propostas vantajosas e com plena capacidade técnica de cumprir integralmente os serviços-objeto do Edital, além de violar frontalmente princípios basais como Igualdade e Impessoalidade.

Assim, neste diapasão, urge ser considerado o disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que assim consigna:

Art. 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável **e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa**, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Ainda, De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Resta, portanto, flagrante o rigor excessivo e desmedido na exigência editalícia de comprovação de capacidade técnica para execução do serviço de Protensão, abusividade esta que merece ser plenamente reparada por esta D. Comissão, a fim de que tal exigência seja corretamente excluída das normas editalícias que regem o presente certame.

Não restam dúvidas que o item nº 13.4.6, “a” e “b”, registrado no ato de convocação, se revela como exigência manifestamente comprometedora e restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, o que, igualmente, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal, de modo que resta urgente a anulação dos itens apontados.

Nesse sentido, por sinal, se revela o entendimento jurisprudencial emanado de nossos diversos Tribunais pátrios, vejamos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. CLÁUSULA RESTRITIVA DA COMPETITIVIDADE. ANULAÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. **Restringir a participação em licitação a empresas que forneçam bens e possuam, no local, assistência técnica, é medida que, além de restringir sobremaneira a competitividade, implica em exigência que pode ser suprida de forma diversa, sem comprometer a competitividade.** (...).

(TJ-AL - MS: 05000239620168020000 AL 0500023-96.2016.8.02.0000, Relator: Des. Celyrio Adamastor Tenório Accioly, Data de Julgamento: 14/11/2017, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 01/12/2017)

REPRESENTAÇÃO. EMPRESA LICITANTE. CLÁUSULA RESTRITIVA À COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO. EXIGÊNCIAS NA FASE DE HABILITAÇÃO QUE EXTRAPOLAM OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA A ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. Consoante a jurisprudência assente deste Tribunal, é indevido o estabelecimento de número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação

(TCU 00487120120, Relator: MARCOS BEMQUERER, Data de Julgamento: 02/05/2012)

## 2. DOS PEDIDOS.